



Programa de Integração

**COBEP – Coordenação de Benefícios
Previdenciários**



Benefícios Previdenciários e Averbação de tempo de contribuição

Roberto Silva – Coordenador da COBEP

Andrea Filgueiras – Chefe do SECOPREV

Erwin Andrade – Chefe do SERFPREV

Previdência do Servidor Público

Situações possíveis:

1. Servidor que ingressou até 31 / 12 / 2003
2. Servidor que ingressou entre 1º / 1 / 2004 e 6 / 5 / 2013
3. Servidor que ingressou a partir de 7 / 5 / 2013



1. Servidor que ingressou no serviço público efetivo até 31/12/2003

- Contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) sem limitação ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS); ou
 - Contribuição ao Regime de Previdência Complementar (RPC), caso tenha feito a opção pela migração, situação em que as contribuições serão limitadas ao teto do RGPS.
- Regras de aposentadoria que preveem integralidade e paridade de vencimentos com os servidores ativos.



2. Servidor que ingressou no serviço público efetivo entre 1º/1/2004 e 6/5/2013: antes da aprovação do plano de benefícios Legisprev para servidores do Legislativo e TCU.

- Contribuição ao RPPS sem limitação ao teto do RGPS – ou ao RPC caso tenha feito opção em janela de migração.
 - Regras de aposentadoria que preveem cálculo pela média das contribuições.



3. Servidor que ingressou no serviço público efetivo a partir de 7/5/2013: após da aprovação do plano de benefícios Legisprev para servidores do Legislativo e TCU.

- Contribuição ao RPC, com contribuição e aposentadoria vinculados ao teto do RGPS.
 - Regras de aposentadoria que preveem cálculo pela média das contribuições.



- Reforma Previdenciária

Emenda Constitucional nº 103 de 2019

Regra Geral

Regras de Transição

Regras Especiais

Averbação de Tempo

Benefícios

Previdência Complementar do Servidor

- Tipos de Aposentadoria:
 - Incapacidade permanente (inciso I)
 - Compulsória (inciso II)
 - Voluntária (inciso III)

APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE

Art. 10 – Regra Geral

Sem paridade – Proporcional (60% da média+ 2% por ano que ultrapasse 20 anos)

- incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiverem investidos, quando insuscetíveis de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.

Sem paridade – integral (100% da média)

- no caso de aposentadoria por incapacidade permanente, quando decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho.

APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Regra mudou pouco, exceto pelo cálculo dos proventos:

- Aos 75 anos de idade (art. 40, II, da CF, c/c LC 125/2015)
- Proventos Proporcionais
- Sem Paridade

Proventos:

- na forma da lei (disciplinado no art. 26: 60% da média + 2% para cada ano que exceder 20 anos de contribuição e fator de redução no caso de tempo inferior a 20 anos)

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Art. 10 “Regra Geral”

Voluntária – requisitos:

1. Tempo de contribuição: 25 anos

2. Idade: Homem: 65 anos e
Mulher: 62 anos

3. 20 anos de serviço público e 5 no cargo efetivo no qual se der a aposentadoria.

- **Proventos:**

na forma da lei (disciplinado no art. 26: 60% da média + 2% para cada ano que exceder 20 anos de contribuição)

Art. 3º – Regras do direito adquirido

Art. 4º – Regra dos Pontos

Art. 5º – Aposentadoria especial de policiais

Art. 20 – Regra do Pedágio

**Art. 21 – Aposentadoria especial por trabalho
insalubre**

**Art. 22 – Aposentadoria de pessoas portadoras de
deficiência**

- Como calcular meu benefício?

FERRAMENTAS:

Simulador de Aposentadoria na Central de Serviços

O servidor pode consultar seu tempo e o valor dos proventos apurados até a data da simulação, inclusive aposentadoria por incapacidade e pensão por morte.

SENADO FEDERAL

Pessoal



Andrea (ANDREAFA)

Simulador de Aposentadoria e Benefícios de Risco

Filtrar

Tipo de Simulação

Apuração de Tempo de Contribuição

Emitir Relatório

Cálculo de Proventos Com Paridade

Emitir Relatório

Simulador do Benefício Especial excluindo períodos celetistas

Emitir Relatório

Simulador do Benefício Especial de Policial

Emitir Relatório

Cálculo de Proventos Sem Paridade - Lei 10.887/2014

Mês/Ano de Referência

10/2025

Fator de Proporcionalidade

100

Emitir Relatório

Simulação cálculo do valor inicial Proventos - EC103/2019

Mês/Ano de Referência

10/2025

Emitir Relatório

Aposentadoria por Incapacidade e Pensão por morte

Mês/Ano de Referência

10/2025

Nº dependentes

0

Emitir Relatório

☐ Possui dependente inválido?

☐ Acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho?

SENADO FEDERAL

- Em “apuração de tempo de contribuição” o servidor pode conferir suas averbações, seus afastamentos, benefícios como licença para capacitação e no final sua contagem de tempo para aposentadoria, considerando as regras vigentes.
- Nos demais relatórios disponíveis, é possível conferir os valores de proventos referentes a várias regras, simulador de benefício especial, que está sofrendo alterações em virtude de recente acórdão do TCU, além de simulador de aposentadoria por incapacidade e pensão por morte.

Averbação de tempo de contribuição

– Benefícios atuais:

- Férias;
- Licença para Capacitação (a partir de 17/10/1996)
- Visualização correta do tempo de contribuição para facilitar a tomada de decisão

– Documentação necessária:

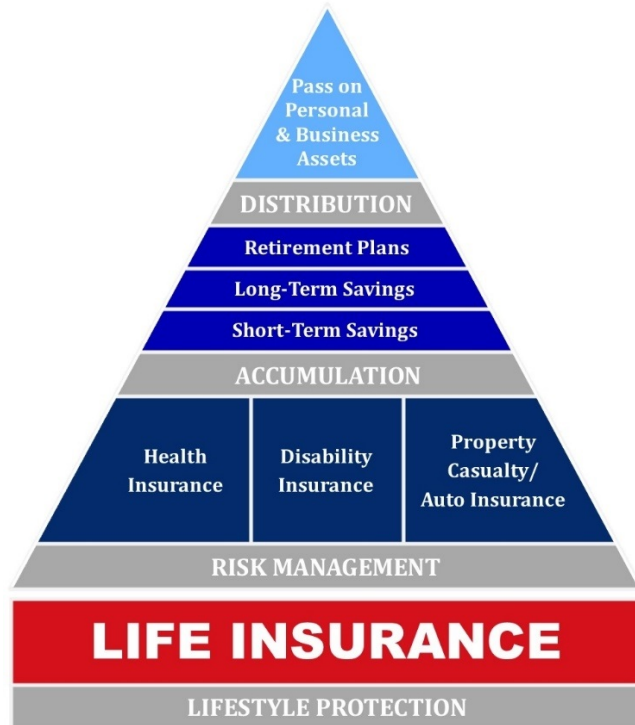
- Formulário disponível na intranet
- Certidão de Tempo de Contribuição – CTC emitida pela Unidade Gestora do RPPS ou pelo INSS, conforme o caso, acompanhada da Relação de Remunerações de Contribuição – RRC.



- A importância do planejamento previdenciário e securitário



Planejamento Previdenciário e Securitário



▪ Previdência Complementar do Servidor

- Lei n.12.618 de 30 de abril de 2012
- Lei Complementar n. 108/2001
- Caráter Facultativo
- ❖ Servidor ingressa automaticamente no RPC, com adesão também automática à Funpresp, e tem a prerrogativa de sair do plano (se sair em até 90 dias recebe de volta as contribuições que pagou)
- ❖ Após a Lei nº 14.803/2024 o servidor pode optar pelo regime de tributação (regressivo ou progressivo) até a data de início da percepção do benefício – decisão de caráter irrevogável
- ✓ A Progressiva é a tributação que vai de acordo com a faixa de renda mensal, quanto maior a renda, maior o imposto. O limite máximo é de 27,5%. Já a Regressiva funciona de acordo com o tempo de contribuição no plano. Quanto mais tempo contribuindo, menor o imposto pago.



▪ Previdência Complementar do Servidor

- Lei n.12.618 de 30 de abril de 2012
- Lei Complementar n. 108/2001
 - Senado como patrocinador do Legisprev na Funpresp-Exe
 - Alíquotas de Contribuição
 - Benefício Fiscal
 - Benefícios Previdenciários
 - Parcela Adicional de Risco (coberturas por morte x invalidez)
 - Portabilidade



- **Serviço de Registros Funcionais e Planejamento Previdenciário – SERFPREV**

Ramais: 3110, 4168

- **Serviço de Concessão de Aposentadorias e Direitos Previdenciários – SECOPREV**

Ramais: 4333, 3574

E-mail: pessoalinativo@senado.leg.br



- Sejam bem-vindos!

